

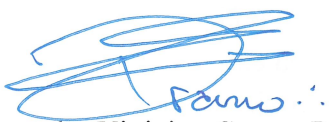
## ATA DA 172ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de 2026, às 10h20min, reuniu-se o Conselho de Administração do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Belo Horizonte, conforme convocação feita pelo Presidente Bruno Leonardo Passeli. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Afonso Nunes da Cruz Neto, Duander Vinicius Gomes Rezende Franco, Guilherme Catunda Daltro, Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho, Roberta Hygino Roletti Zimmer, André de Freitas Martins, Eymard Bento Júnior, Alex Sander Ribas de Souza, Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino, Wellington Márcio José e Sandra Maria Coelho. Também participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza, Giselle dos Santos Rodrigues Martins, Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias, e as servidoras Suely de Campos e Amanda Vieira. Na sequência, diante da ausência do presidente, foi designado para conduzir os trabalhos o conselheiro Afonso Nunes da Cruz Neto, nos termos do artigo 22 do Regimento Interno do Conselho de Administração. Ao assumir a presidência, o conselheiro Afonso cumprimentou a todos (as) e passou a palavra para o Subsecretário Gleison. Este cumprimentou os presentes e informou a pauta do dia, a saber: 1) Aprovação das atas da reunião extraordinária e ordinária; 2) Relatório de Governança – 1º semestre de 2026; 3) Relatórios de Investimentos referentes aos meses de junho e julho de 2026; 4) Relatório de Ouvidoria – 1º semestre de 2026; 5) Certificação profissional; e 6) Informes. Dando início aos trabalhos, foram submetidas à apreciação do colegiado as atas das reuniões anteriores. A ata da reunião ordinária anterior não recebeu objeções e foi aprovada. Em relação à minuta da reunião extraordinária, houve discussão acerca da redação da manifestação de abstenção apresentada pelo Conselheiro Eymard, relacionada à análise do Relatório Atuarial. O Subsecretário Gleison manifestou discordância especificamente quanto ao trecho que consignava que os cursos e treinamentos disponibilizados pela Unidade Gestora aos Conselheiros não seriam suficientes para proporcionar o conhecimento técnico necessário à análise do referido relatório. Em esclarecimento, o Conselheiro Eymard informou que a ressalva apresentada em sua manifestação não tinha por objetivo atribuir falha ou descumprimento de obrigação à Unidade Gestora quanto às ações de capacitação dos Conselheiros, mas registrar que a abstenção decorria do elevado grau de especialização técnica requerido para a compreensão e análise de determinados aspectos atuariais constantes do relatório. O conselheiro André solicitou que ata registrasse os erros identificados no relatório atuarial, a necessidade de recálculos pela empresa responsável e a insegurança manifestada por conselheiros quanto ao resultado apresentado. Após os esclarecimentos, deliberou-se pela manutenção da minuta da ata extraordinária em aberto, para ajustes de redação, inclusão das manifestações e posterior submissão ao colegiado, ficando sua aprovação definitiva e assinatura adiadas. Na sequência, foram submetidos à apreciação o Relatório de Governança e o Relatório de Ouvidoria, ambos referentes ao primeiro semestre de 2026. Gleison informou que os documentos haviam sido previamente disponibilizados aos Conselheiros e, portanto, não seriam objeto de apresentação durante a reunião, ressaltando, contudo, que a Unidade Gestora permanecia à disposição para prestar os esclarecimentos que se fizessem necessários. O conselheiro André apresentou dúvida sobre a composição das receitas do BHPrev. Giselle esclareceu que os valores demonstrados abrangem as contribuições previdenciárias e as receitas financeiras efetivamente reconhecidas como receita orçamentária no

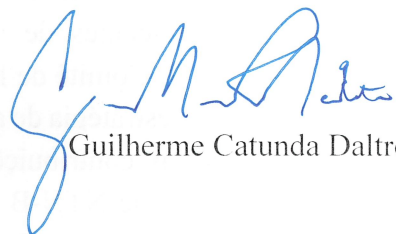
exercício. Não havendo outras manifestações, os dois relatórios foram submetidos à votação e aprovados pela totalidade dos conselheiros presentes. dando continuidade, Gleison passou a palavra para Rodrigo, responsável por apresentar o ponto de pauta referente aos relatórios de investimentos. Rodrigo informou que seriam apresentados os Relatórios Mensais de Investimentos do RPPS-BH relativos a junho e julho de 2026, com informações sobre evolução patrimonial, composição e liquidez da carteira, limites de alocação, desempenho por classe de ativos, riscos, custos e novas aplicações. Destacou a manutenção da estratégia de concentração em renda fixa e títulos públicos federais, alinhada à política de investimentos e ao processo de imunização da carteira, bem como informou que as alocações permaneciam dentro dos limites regulamentares. Em relação ao Relatório de Investimentos referente ao mês de junho de 2026, Rodrigo informou que, em 30 de junho de 2026, o patrimônio do Fundo Previdenciário BHPrev totalizava R\$ 4.838.298.349,12, com predominância de investimentos em renda fixa. A carteira era composta, principalmente, por Títulos Públicos Federais NTN-B, no montante de R\$ 4.304.756.752,03, além de R\$ 114.778.748,34 em LTN, R\$ 37.356.938,85 em fundos de vértice (NTN-B), R\$ 128.271.498,77 em renda fixa referenciada ao CDI, R\$ 76.402.449,97 em BDRs referenciados ao S&P 500, R\$ 92.623.527,35 em fundos multimercados referenciados ao S&P 500 e R\$ 84.108.433,81 em Fundos de Investimento em Participações (FIPs). Na análise da composição da carteira, destacou que a estratégia do BHPrev permanece concentrada em Títulos Públicos Federais, especialmente em NTN-B de longo prazo marcadas a vencimento. Quanto ao enquadramento dos investimentos, esclareceu que as aplicações se encontravam em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos 2026. A maior concentração da carteira correspondia aos Títulos Públicos Federais previstos nos arts. 7º, II e III, com participações de 81,81% e 9,54%, respectivamente. A renda fixa referenciada representava 2,65%, os BDRs 1,58%, os fundos multimercados 1,91% e os FIPs 1,74%. Em relação aos FIPs, esclareceu que sua permanência na carteira decorre de investimentos realizados anteriormente à publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, sendo permitida sua manutenção até o encerramento dos respectivos fundos. No que se refere à liquidez, ressaltou que a estratégia de investimentos considera o fluxo atuarial do BHPrev, cujo passivo previdenciário apresenta exigibilidade somente a partir de 2058. Nesse contexto, destacou que parcela significativa dos recursos está alocada em ativos de longo prazo, sendo 40,08% da carteira com prazo de resgate entre 15 e 30 anos e 38,09 % com prazo superior a 30 anos. Os recursos com liquidez imediata correspondiam a 2,65% do patrimônio, enquanto aqueles com prazo de resgate entre um e trinta dias representavam 6,22 %. Na sequência, Rodrigo passou à análise do desempenho da carteira, informando que a rentabilidade consolidada no mês de junho foi de 0,63%, ligeiramente inferior à meta de 0,64% estabelecida para o período. Os Títulos Públicos marcados na curva apresentaram valorização de 0,66%, enquanto as LTN registraram alta de 1,11%. Os fundos de vértice apresentaram resultado negativo de 0,46%, em decorrência da abertura da curva de juros doméstica. Os fundos de BDRs e os fundos multimercados referenciados no S&P 500 registraram variações negativas de 0,06% e 0,36%, respectivamente, em contexto de expectativas relacionadas ao endurecimento das políticas de controle da inflação pelo Federal Reserve. Os FIPs também apresentaram resultado negativo, comportamento considerado compatível com o estágio de maturação dos investimentos e com o denominado efeito de “curva J”. Por fim, Rodrigo registrou as decisões de investimento adotadas pelo Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 17 de julho de 2026. Considerando a estratégia de alocação, a disponibilidade de aproximadamente R\$ 46 milhões para aplicação, a necessidade de

liquidez somente a partir de 2058, as condições de mercado e a possibilidade de imunização da carteira com reduzida exposição ao risco soberano, o Comitê deliberou pela continuidade da estratégia de imunização, mediante aplicação em Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2055, permanecendo os recursos, até a liquidação da operação, aplicados em fundo DI. Quanto ao Relatório de Investimentos referente ao mês de julho de 2026, Rodrigo informou que, em 31 de julho de 2026, o patrimônio do Fundo Previdenciário BHPrev alcançou R\$ 4.912.913.046,28, representando evolução em relação ao mês anterior. A carteira permaneceu concentrada em renda fixa, com destaque para R\$ 4.382.467.056,36 em Títulos Públicos NTN-B, R\$ 116.172.786,74 em LTN, R\$ 37.882.304,37 em fundos de vértice, R\$ 123.637.515,65 em renda fixa referenciada ao CDI, além de R\$ 74.711.201,97 em BDRs, R\$ 93.048.067,86 em fundos multimercados e R\$ 84.994.113,31 em FIPs. Ressaltou a manutenção da estratégia de concentração em Títulos Públicos Federais, especialmente NTN-B de longo prazo marcadas a vencimento, em alinhamento com o passivo atuarial do Fundo e com a estratégia de imunização da carteira. Destacou, ainda, que a carteira permanece estruturada em duas estratégias: estratégica, direcionada a ativos de longo prazo compatíveis com o passivo atuarial; e tática, voltada à manutenção da liquidez e ao aproveitamento de oportunidades de mercado. Na análise do desempenho, informou que a carteira apresentou rentabilidade consolidada de 0,60% em julho, ligeiramente superior à meta de 0,59% estabelecida para o período. Os Títulos Públicos marcados na curva registraram valorização de 0,62%, enquanto as LTN apresentaram alta de 1,21%. Os fundos de vértice tiveram desempenho positivo de 1,41%, associado ao fechamento da curva de juros doméstica. Em sentido contrário, os fundos de BDRs apresentaram queda de 2,21%, acompanhando a desvalorização do dólar frente ao real. Os fundos referenciados ao CDI registraram retorno de 1,26%, enquanto os fundos multimercados e os FIPs apresentaram os resultados constantes do relatório. No que se refere às movimentações realizadas no mês, Rodrigo registrou duas chamadas de capital de FIPs: a quinta chamada do XP Infra V Feeder II FIP, no valor de R\$ 500.000,00, realizada em 16 de julho, e a décima terceira chamada do Pátria Infraestrutura V Advisory FIP Multiestratégia, no valor de R\$ 176.510,14, realizada em 27 de julho. Esclareceu que os recursos utilizados para ambas as operações haviam sido previamente provisionados no Bradesco FIF RF Referenciada DI Premium. Acrescentou que, em julho, foi realizada a aquisição de NTN-B com vencimento em 2055, marcada a vencimento, à taxa de 7,4410% ao ano, no valor de R\$ 50.820.732,69. Esclareceu que os recursos utilizados na operação foram provenientes das contribuições previdenciárias referentes ao mês de junho e de valores remanescentes de aquisições anteriores de Títulos Públicos. Por fim, registrou a manifestação do Comitê de Investimentos, em reunião realizada em 26 de agosto de 2026, que, considerando a estratégia de alocação e a disponibilidade de aproximadamente R\$ 207,5 milhões, provenientes das contribuições previdenciárias e dos recursos decorrentes do pagamento de cupons de juros de NTN-B e de fundos de vértice, ocorrido em 17 de agosto, deliberou pela aplicação dos recursos no Bradesco Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Referenciado DI Premium, ficando eventual realocação para Títulos Públicos Federais condicionada à deliberação posterior do Comitê. Aberto o espaço para manifestações, o Conselheiro André apontou uma incorreção em uma das tabelas do Relatório de Investimentos referente ao mês de julho, especificamente na coluna relativa ao desempenho do período, cujos valores não correspondiam ao intervalo indicado. Rodrigo reconheceu o equívoco e informou que providenciaria a devida correção, com posterior encaminhamento da versão retificada aos Conselheiros. Não havendo outras manifestações ou objeções, os Relatórios de Investimentos

referentes aos meses de junho e julho de 2026 foram aprovados pelos Conselheiros presentes. Ato contínuo, passou-se ao próximo item da pauta, referente à certificação profissional dos dirigentes e membros dos órgãos colegiados do RPPS. Sobre o tema, Gleison informou sobre a possibilidade de adoção da modalidade de curso de capacitação profissional - CCP, que permite a realização de avaliações ao longo do curso e, mediante o alcance do percentual mínimo de aproveitamento exigido, a obtenção da respectiva certificação ao final da capacitação. Em seguida passou a palavra para servidora Amanda, que apresentou aos Conselheiros os detalhes da modalidade, esclarecendo que o CCP prevê a realização de avaliações por módulo, controle de frequência e aproveitamento mínimo de 70% em cada módulo, com emissão da certificação após a conclusão com êxito. Informou, ainda, que a carga horária mínima prevista é de 60 horas para membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, 80 horas para dirigentes da Unidade Gestora e 100 horas para os responsáveis pela gestão de recursos e integrantes do Comitê de Investimentos, sendo a certificação válida por até quatro anos. Como referência para análise, Amanda apresentou proposta da ICDS – Centro Latino-Americano de Estudos Jurídicos Ltda., contemplando 18 participantes, com cargas horárias superiores aos mínimos regulamentares, sendo 65 horas para oito Conselheiros, 85 horas para sete dirigentes e 105 horas para três integrantes da gestão de recursos e do Comitê de Investimentos. A proposta apresentou valor global de R\$ 10.650,00, com formação integralmente on-line, avaliações por módulos, possibilidade de segunda chamada e acesso à plataforma pelo período de até 12 meses. Por fim, esclareceu que a entidade e os valores apresentados constituíam referência para análise, não se tratando de processo de contratação, cuja eventual formalização dependerá da observância dos procedimentos administrativos cabíveis e da avaliação das entidades habilitadas. Após os esclarecimentos, o colegiado manifestou concordância com a adoção do modelo CCP, ficando a Unidade Gestora responsável por dar prosseguimento aos procedimentos necessários e elaborar cronograma considerando as datas de validade das certificações existentes, as necessidades dos novos membros e as especificidades de cada função. Encerradas as discussões, passou-se ao último item da pauta, referente aos informes. Gleison comunicou que a próxima reunião ordinária do Conselho de Administração ocorrerá no dia 24 de setembro de 2026, às 10h. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h11min. Eu, Suely de Campos (Suely de Campos), lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, deverá ser assinada pelos presentes.



Duander Vinicius Gomes Rezende Franco

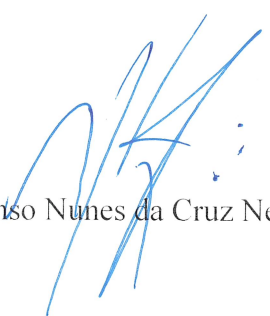


Guilherme Catunda Daltro

Camila Mariana da Cruz Gomes Coutinho



Roberta Hygino Roletti Zimmer



Afonso Nunes da Cruz Neto

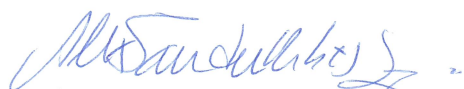


André de Freitas Martins



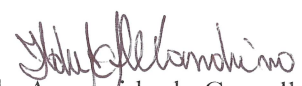
Eymard Bento Júnior

Wellington Márcio José



Alex Sander Ribas de Souza

Sandra Maria Coelho



Ilda Aparecida de Carvalho Alexandrino